

DAS MÚLTIPLAS MODERNIDADES À PÓS-MODERNIDADE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE SHMUEL EISENSTADT

FROM MULTIPLE MODERNITIES TO POSTMODERNITY: A REFLECTION FROM SHMUEL EISENSTADT

Paulo Vitorino Fontes 1

Resumo: A ideia de modernidades múltiplas subentende que a melhor forma de compreender o mundo contemporâneo e de explicar a história da modernidade é concebê-la como história de constituição e reconstituição sucessiva de uma multiplicidade de programas culturais. O conceito “modernidades múltiplas” tem duas implicações. A primeira é que modernidade e ocidentalização não são idênticas; o padrão ou padrões ocidentais de modernidade não constituem as únicas modernidades “autênticas”, embora tenham sido historicamente precedentes e constituam uma referência central para outras visões da modernidade. A segunda é que o termo modernidades inclui o reconhecimento de que essas modernidades não são “estáticas”, mas que se encontram em contínua transformação. Transformações que conduzem à pós-modernidade que tem ocupado um lugar primordial no debate de ideias contemporâneo, penetrando uma miríade de questões diversas com ramificações políticas da mais variada ordem.

Palavras-chave: Modernidades Múltiplas. Pós-Modernidade. Padrões Institucionais e Ideológicos.

Abstract: The idea of multiple modernity implies that the best way to understand the contemporary world and to explain the history of modernity is to conceive it as a history of constitution and constant reconstitution of a multiplicity of cultural programs. The concept of “multiple modernity” has two implications. The first is that modernity and westernization are not identical; the pattern or western patterns of modernity do not constitute the only “authentic” modernity, although they have been historically precedent and are a central reference for other visions of modernity. The second is that the term modernity includes the recognition that this modernity is not “static”, but that is in constant transformation. These transformations lead to the post-modernity that has been occupying a primary place in the debate of contemporary ideas, penetrating a myriad of questions with political ramifications of the most varied order.

Keywords: Multiple Modernities. Postmodernity. Institutional and Ideological Patterns.

Introdução

Com o ressurgir de estudos históricos, culturais e pós-coloniais que discutem a condição moderna, mas já não só moderna, manifestam-se o hibridismo das práticas e discursos sociais que caracterizam a condição moderna.

O objetivo principal do nosso trabalho passa por expor e refletir sobre as diferentes possibilidades e leituras relativas à modernidade. Colocaremos em causa uma visão homogeneizante sobre a modernidade e as pessoas modernas que, por ser unívoca, se mostra problemática. Pretendemos contribuir para o esclarecimento do debate que opõe pluralismo versus uniformidade em quase todas as sociedades contemporâneas.

Este trabalho segue como fio condutor a abordagem do sociólogo Shmuel Noah Eisenstadt que contribuiu consideravelmente para o entendimento dos processos culturais e estruturais de mudança, salientando as suas tensões e antinomias por oposição ao que se poderia entender por processo uniforme de desenvolvimento da modernidade. A partir de várias obras de Eisenstadt pretende-se problematizar no plano teórico a modernidade entendida na sua pluralidade e dinâmica contínua, destacando os vários modelos de desenvolvimento da modernidade, o que o Autor denomina de múltiplas modernidades.

O presente trabalho, depois de enquadrar a abordagem a expor e antes das conclusões finais, está dividido em cinco partes: a primeira tece algumas considerações acerca do conceito de múltiplas modernidades; a segunda procura aprofundar as configurações do programa e processo político da modernidade; a terceira caracteriza as diferentes antinomias, movimentos sociais e conflitos da modernidade; a quarta identifica os efeitos da globalização nas modernidades e a quinta procura compreender a mudança estrutural da esfera pública e a “pós-modernidade” como crítica da modernidade.

Sobre o conceito de modernidades múltiplas

Segundo Eisenstadt (2001), o conceito de *modernidades múltiplas* “contraria as visões desde há muito prevaletentes no discurso académico e geral” (p. 139), uma vez que todas elas assumiam que o programa da modernidade e as instituições que daí advinham acabariam por sujeitar todas as sociedades em processo de modernização.

Principalmente a partir da II Guerra mundial, torna-se evidente que os propósitos homogeneizadores e hegemónicos do programa ocidental de modernidade não iriam suportar essas assunções. Apesar das mudanças estruturais na vida familiar, económica, social e política verificadas em vários locais do mundo, estas desenvolveram-se segundo diferentes dinâmicas e interpretações do projeto original do ocidente, originando variados padrões ideológicos e institucionais (EISENSTADT, 2001, pp. 139-140).

“A ideia de modernidades múltiplas pressupõe - como melhor forma de compreender o mundo contemporâneo (...) vê-lo como uma história contínua de constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais” (EISENSTADT, 2001, p. 140). Releva-se daqui, segundo o autor, a forma de explicar a história da modernidade, com implicações na diferenciação entre modernidade e ocidentalização, porque apesar da modernidade se ter iniciado na Europa ocidental e permanecer, de certa forma, como referência para o resto do mundo, ela assume múltiplas formas e programas culturais. Desta forma, Eisenstadt (2001) confronta-nos “com o problema de saber o que se constitui como núcleo comum da modernidade?” (p. 140). Um problema que em virtude das transformações nos modelos “clássicos” de estado-nação e dos estados revolucionários, em particular, devido a influências globalizantes, assume especial importância.

O programa e o processo político da modernidade

O programa cultural e político da modernidade iniciou-se na Europa ocidental e central a partir do séc. XVII, implicando diferentes pressupostos ideológicos e institucionais. “Desenvolveu-se assim uma intensa reflexividade em volta das premissas ontológicas básicas das estruturas da autoridade social e política” (EISENSTADT, 2001, p. 141). O programa cultural e político da modernidade implicava, apesar de distintas concepções da ação humana, a ideia

central da autonomia do Homem: a emancipação do homem e da mulher das amarras da autoridade política e cultural tradicional. Foi dada uma grande importância à participação autônoma dos indivíduos na constituição da ordem social e política da sociedade. Verificou-se, segundo Eisenstadt (2001, pp. 141-142), a abertura a diferentes possibilidades de construção de uma nova ordem em ruptura com todas as legitimações tradicionais, com duas orientações complementares e até contraditórias, em volta das melhores formas de realizar a construção social, mediante a atividade humana consciente. Por um lado, acreditava-se na possibilidade de diminuir o fosso entre a ordem transcendente e a ordem mundana e, por outro, verifica-se o reconhecimento da legitimidade de inúmeros objetivos e interesses, tanto individuais como coletivos, com implicações no surgimento de várias interpretações do bem comum.

Para Eisenstadt (2003, pp. 121-129), o programa moderno implicou uma transformação radical das concepções e das premissas da ordem e processo político, com a abertura da arena política moderna à participação ativa da periferia da sociedade. A incorporação de temas de protesto da periferia no centro em torno das ideias de igualdade e liberdade, justiça e autonomia, solidariedade e identidade, constituíram-se como os elementos centrais do projeto moderno de emancipação do homem. Constituiu-se a ideologia e os pressupostos fundamentais do processo político moderno, com destaque de três características essenciais: as mudanças nas relações centro-periferia, como principal objetivo da dinâmica política; uma grande politização das exigências e conflitos dos e entre os diferentes sectores da sociedade e a disputa contínua sobre a definição do domínio do político.

Outra consequência da modernidade foi a alteração na construção das fronteiras das coletividades e identidades coletivas, segundo Eisenstadt (2003), ao constituírem-se novas significações dos elementos fundamentais das identidades coletivas: civis, primordiais e universalistas, transcendentais ou sagradas. Desenham-se novas ligações entre a esfera pública e as coletividades culturais. Em ruptura com a era pré-moderna, as identidades coletivas já não são adquiridas como recebidas e pré-ordenadas por uma autoridade transcendente ou costume ancestral.

Jürgen Habermas (2003) destaca uma transformação estrutural da esfera pública, assinalando várias virtudes da esfera pública burguesa do séc. XVIII, em que o estatuto social dos seus membros não era relevante. Todos seriam capazes de participar na discussão pública e muitos assuntos que até então não eram discutidos passam a estar submetidos a uma discussão crítica. A esfera pública, enquanto espaço livre de debate crítico e racional, converte-se numa instância de controlo e legitimação do poder político.

O homem passou a ter um papel ativo na construção da sociedade. À medida que a “civilização da modernidade se vai desenvolvendo”, segundo Eisenstadt (2001, p. 144), foram surgindo várias antinomias, contradições internas e vários conflitos ideológicos e políticos, que suscitaram um discurso crítico contínuo. Acentuaram-se clivagens tanto no mundo das ideias como da política, sendo que aquela que o autor destaca como das mais críticas é “a que separava visões universalistas e particularistas” (p. 144). Uma tensão manifesta em horizontes que aceitam vários valores e racionalidades diferentes por oposição a uma visão que vê acima de tudo a racionalidade de uma forma totalizante. De igual forma desenvolveram-se paradoxos no interior do programa da modernidade, entre os pressupostos básicos das dimensões culturais e políticas e os grandes desenvolvimentos institucionais. De particular relevo e bem explicitado por Max Weber, segundo Eisenstadt (2001, p. 145) foi o carácter criativo implícito a visões que conduziam à cristalização da modernidade, e a erosão destas visões, o “desencantamento” do mundo, devido à excessiva rotinização e burocratização. Esta tensão reflete-se numa tensão entre liberdade e controlo, ou seja, entre a ênfase na autonomia do homem e o controlo restritivo, causado pela institucionalização da vida moderna.

Antinomias, movimentos sociais e conflitos da modernidade

Várias tensões constantes no discurso político moderno tornaram-se evidentes, entre as ideologias totalitárias e os pluralismos, que legitimam inúmeros interesses abstratos, individuais e de grupo, com distintas concepções do bem comum e da ordem moral (EISENSTADT, 2001, p. 145). Estas tensões estavam relacionadas com os diferentes modos de legitimar os regimes

modernos, surgindo os movimentos nacionais. Durante o século XIX e até à década de 60 do século XX desenvolveram-se movimentos sociais significativos como o liberal e o socialista / comunista, que foram seguidos por outros dois de ideologia nacionalista, o fascista e o nacional-socialista. Estes movimentos apesar de terem surgido em países específicos tornaram-se internacionais. Deram-se inúmeros conflitos entre estes movimentos e outros que não eram unicamente de carácter ideológico, como sejam, os movimentos religiosos, cooperativos, sindicalistas ou anarquistas. Segundo Eisenstadt (2001, p. 146), “em todas as sociedades modernas desenvolveram-se padrões de conflito entre atores sociais, em torno de polos fundados nas antinomias inerentes aos programas políticos e culturais específicos da modernidade”. Estas tensões surgiram em todas as coletividades e em todos os estados modernos, originalmente na Europa, depois na América e gradualmente em todo o mundo.

Surgiram as primeiras modernidades ideológicas “alternativas” nas décadas de 20 e 30 no discurso político moderno, como sejam as do tipo fascista / nacional-socialista, que procuraram redefinir os limites das coletividades modernas. A sua crítica à ordem social existente negava as componentes universalistas do programa cultural da modernidade, especialmente na sua versão iluminista. Apesar de rejeitarem essas componentes, os movimentos tentaram transpô-las de várias formas para as suas visões particularistas (EISENSTADT, 2001, p. 147).

Verifica-se o desenvolvimento contínuo de modernidades múltiplas na Europa, de forma a Eisenstadt (2003, p. 559), inspirado em Nilüfer Göle (1996), salientar que uma das características mais importantes da modernidade é simplesmente a sua capacidade potencial para a autocorreção contínua. A “cristalização” da modernidade europeia e posterior difusão não foram de maneira alguma pacíficas. Contrariamente às previsões mais otimistas que pensavam a modernidade como um progresso inevitável, ao mesmo tempo que se verificava a cristalização das modernidades, surgiram inúmeras contradições e tensões no desenvolvimento dos sistemas capitalistas e nas crescentes exigências de democratização no campo político. Paralelamente a estes fatores surgiram conflitos internacionais, exasperados pelo estado moderno e pelos sistemas capitalistas, de modo que a guerra e o genocídio, embora não sendo fenómenos novos na história, foram transformados e intensificados, gerando modos de barbárie especificamente modernos. A ideologia da violência tornou-se mais expressiva a partir da revolução francesa, tornando-se numa das componentes de cidadania para a sustentação dos estados modernos. Segundo Eisenstadt (2003, pp. 508-509, p. 547), as ideologias de violência estavam estreitamente relacionadas com o facto do estado-nação se ter tornado no ponto central dos símbolos de identidade coletiva. A manifestação extrema dessa ideologia verificou-se no Holocausto, a barbaridade dissimulada no centro da modernidade, que se tornou num símbolo do seu potencial negativo e destrutivo.

Dos vários conflitos e tensões, Eisenstadt (2003, p. 547) destaca com maior importância, o confronto contínuo entre sectores mais “tradicionais” da sociedade e os sectores modernos. Verifica-se uma tensão entre a cultura da modernidade, no seu modelo “racional” moderno do iluminismo, que surgia de uma forma dominante em determinados lugares e períodos, e outros programas que reproduziam as tradições culturais. Desenvolve-se uma ambivalência duradoura a respeito das culturas modernas, com especial destaque para a variação incessante entre cosmopolitismo e localismo.

Com a expansão da modernidade, em primeiro lugar, para as Américas, dá-se a primeira transformação radical das suas premissas culturais e políticas, com a emergência de modernidades distintas no seio da civilização ocidental. Verificou-se a cristalização de padrões diferentes de modernidade nas Américas, através do conflito discursivo com a Europa. Embora com diferenças entre a América Latina, que manteve maiores ligações referenciais com a Europa, e os Estados Unidos que se consideravam a si próprios como o centro da modernidade (EISENSTADT, 2003, p. 548).

As diferentes modernidades foram-se concretizando através do imperialismo, do colonialismo, da superioridade económica, militar e das tecnologias da comunicação. A modernidade ultrapassa os limites do ocidente, chega às sociedades asiáticas e por fim a África. Em todas estas sociedades foi adotado o modelo básico do estado territorial, seguido do estado-nação, bem como os pressupostos fundamentais da modernidade ocidental. Mas, o encontro

da modernidade com sociedades não ocidentais causou profundas alterações nas premissas, símbolos e instituições da modernidade – fazendo surgir novos problemas, uma vez que a apropriação dos valores da modernidade implicou a escolha, a reinterpretação e a reformulação permanente das ideias importadas (EISENSTADT, 2003, p. 549). Verificou-se uma significativa tensão entre a integração no mundo moderno e atitudes ambivalentes para com a modernidade em geral e o ocidente em particular.

Os processos de reconstituição de novos padrões modernos, que não rompem com o passado, mas reconstróem muitas das componentes tradicionais, são dos mais fascinantes na análise das sociedades modernas, como afirmou Eisenstadt em entrevista a Shalva Weil (2010, p. 455). A possibilidade que as diferentes civilizações têm de criar perspectivas ontológicas dos seus próprios padrões culturais e institucionais, de dar respostas distintas aos desafios e às oportunidades da modernidade e de as desenvolverem e cristalizarem segundo os seus interesses e experiências particulares é, para Eisenstadt (2003, p. 28), o núcleo das múltiplas modernidades.

Modernidades e Globalização

Em muitas sociedades sucederam transformações profundas, que foram influenciadas pelo impacto das diversas tradições históricas e pelas diferentes formas de inclusão no novo sistema moderno mundial. A partir da década de 60 do século XX, os contornos institucionais, simbólicos e ideológicos dos estados nacionais modernos mudaram radicalmente com a intensificação das forças de globalização (EISENSTADT, 2001, p. 151). Surgiram novas visões sociais, políticas e civilizacionais, anunciadas por novos movimentos sociais, com ênfase nos países ocidentais, como foram os movimentos estudantis e antiguerra do Vietname, que alicerçaram outros mais vastos – o movimento feminista e o movimento ecologista. Estes movimentos eram significativos de uma mudança ampla que já não se verificava em torno da construção dos estados-nação, mas na construção de novos espaços sociais, políticos e culturais. (EISENSTADT, 2001, p. 152). Estes movimentos são considerados *multiculturais* e *pós-modernos*, ao invés de serem portadores de um modelo de sociedade, como os movimentos totalitaristas, desenvolveram propostas de uma política de identidade multicultural, com alcance e programas essencialmente locais.

Mais tarde ocorreram movimentos fundamentalistas de carácter religioso entre comunidades muçulmanas, judias, protestantes, hindus e budistas. Marcados por vários temas opostos à modernidade e, concomitantemente ou não, adversos ao ocidente. Surgiu um outro tipo de movimento, com principal relevo nas últimas duas décadas do século XX, o movimento étnico. Com manifestações horrendas em África e nos Balcãs, com maior magnitude na antiga Jugoslávia. Assim, surgiram novos tipos de identidade coletiva, superando e já não se centrando no modelo do estado-nação e do estado revolucionário, contestaram a hegemonia dos anteriores programas homogeneizadores. Todos estes desenvolvimentos demonstram a erosão das características fundamentais da modernidade e o enfraquecimento da ideologia hegemónica dos estados-nação (EISENSTADT, 2001, pp. 152-153).

Os esforços de interpretação e apropriação da modernidade nos seus próprios termos não se encerram nos movimentos fundamentalistas, eles constituem parte de um conjunto de desenvolvimentos muito mais amplos, verificados um pouco por todo o mundo, numa variação contínua entre cosmopolitismo e tendências particularistas. Para Eisenstadt, 2003, p. 973),

a saliência contínua das tensões entre programas pluralistas e universalistas, entre identidades multifacetadas por oposição a outras fechadas, e a ambivalência contínua dos novos centros da modernidade para com os principais centros tradicionais da hegemonia cultural atestam o facto de que, ao ultrapassar o modelo do estado-nação, estes novos movimentos não ultrapassaram os problemas *básicos da modernidade*.

Todas as incapacidades, ou promessas não cumpridas da modernidade continuam a fazer parte dos discursos da própria modernidade. Todos eles *são profundamente reflexivos* e não avançam respostas conclusivas. Mesmo que cada um, à sua maneira, procure fornecer respostas finais e incontestáveis aos dilemas irreduzíveis da modernidade, apenas os reconstruem em novos contextos e de novas formas.

Mudança estrutural da esfera pública e pós-modernidade

Com a decadência da esfera pública no plano cultural, como bem elucidou Jürgen Habermas (1990, 2003), o público que debatia a cultura deu lugar a um público consumidor de cultura. Desenvolveu-se a cultura de massas com grande valorização no entretenimento, de certa forma ao serviço da ideologia dominante, em prejuízo da discussão crítica e emancipadora. A função mediadora entre Estado e Sociedade deslocou-se do público para as instituições, consubstanciadas em associações e partidos políticos. Anteriormente, o debate público legitimava o poder político, agora, a esfera pública é empregue de forma a influenciar consumidores e eleitores. Dá-se a refeudalização da esfera pública: a opinião pública é dominada por organizações privadas, empresas e grupos económicos, e pelo Estado, como autoridade pública. Constata-se a emergência da figura do consumidor político.

A esfera pública do século XVIII, como refere Graig Calhoun (1996, pp. 462-463) embora não balizada pela rigidez das fronteiras da estratificação social, era elitista e há medida que um maior número de cidadãos e cidadãs foram incorporados nesta e na opinião pública, a par com a intervenção dos governos na economia, com o protagonismo das multinacionais e com o surgimento dos Estados-providência, as decisões políticas e sociais foram se afastando cada vez mais da esfera pública. Habermas, da mesma forma que os seus antecessores da Escola de Frankfurt, nomeou o fenómeno da comunicação mediática na sociedade de massas, juntamente com a quebra da diferenciação entre sociedade e Estado devido à “sociedade administrada”, como as mais significativas transformações ocorridas nas estruturas da esfera pública.

Habermas preocupado com a mudança estrutural da esfera pública, muito longe do modelo de espaço público burguês do século XVIII, considera que esta tem decaído até aos nossos dias. O discurso na esfera pública era baseado na argumentação racional-crítica, em que independentemente da identidade dos seus proponentes ou oponentes, o melhor argumento era decisivo (CALHOUN, 1996, p. 461). A esfera pública oferecia um modelo de comunicação pública que poderia, em potência, realizar o ideal de orientação racional da sociedade. Entre o otimismo de Kant e a crítica marxista, a esfera pública burguesa entrou num processo de decadência, mas continua a ter um potencial racional, crítico e democrático que *deve* ser aproveitado. A modernidade para Habermas permanece inacabada.

Outro grande teórico e crítico da modernidade é o sociólogo Zygmunt Bauman (2000), que caracteriza a modernidade a partir de dois períodos distintos: a modernidade sólida, caracterizada pelo projeto moderno de controlo do mundo pela razão e pela técnica, alicerçado na solidez do estado-nação, que é posta em causa após Auschwitz, os Gulacs e a tragédia nuclear e, o segundo período, a modernidade líquida, também denominada de pós-modernidade, caracterizada pela ambivalência, incerteza, exigência da diferença e da individualização, mobilidade; liquidez das relações, perda de sentido de comunidade e pela sociedade de consumo.

Explorando o conceito sociológico de Bauman de modernidade líquida, com recurso a Adolfo Rocca (2008), este representa a mudança e a transitoriedade, a desregulação e liberalização dos mercados. Pretende dar conta da precariedade dos vínculos humanos numa sociedade individualista e privatizada, marcada pelo carácter transitório e volátil das suas relações. O amor está flutuante, sem responsabilidade para com o outro, reduzindo-se ao vínculo sem rosto oferecido pela internet. A sociedade está em mudança constante, incerta e cada vez mais imprevisível, verificando-se a decadência do Estado de bem-estar. Estamos num tempo sem certezas, onde os homens que lutaram por liberdades civis e para se libertarem da tradição, encontram-se agora com a obrigação de ser livres, assumindo os medos e angústias que tal liberdade comporta.

Para tentarmos compreender o que será a pós-modernidade, convocamos o contributo de Onésimo Teotónio Almeida (2006, p. 6), filósofo luso-americano, que tenta filtrar de uma

infindável lista bibliográfica, o que pode constituir o núcleo da questão. Na verdade, como este autor salienta, ao lermos Lyotard ou Foucault, Derrida ou Rorty, Habermas ou Baudrillard, ficamos com a sensação de que o edifício da modernidade não é destruído, mas as suas fundações, que até há um século pareciam inabaláveis, começaram a ruir.

Almeida (2006, p. 7) enuncia os três principais abalos provocados pelo pós-modernismo. O primeiro deriva da tomada de consciência dos limites da linguagem. Através do trabalho de Wittgenstein, Heidegger, Davidson, Derrida e Rorty, entre outros, foi posta em causa a capacidade de a linguagem espelhar o real, em causa fica também toda a epistemologia e a ciência no geral, uma vez que a linguagem por ela usada não permite ultrapassar a si própria de modo a conseguir-se um olhar objetivo e isento sobre o real. O segundo golpe deriva da tomada de consciência dos limites da esfera da razão. O reconhecimento da existência de uma parte imensa da realidade que se situa fora da alçada da razão expõe os limites da mesma. Por último, temos a tomada de consciência da contingência dos valores, ao ser-lhes retirado o alicerce assente na ideia de Deus torna-se então tudo de certa forma possível.

Almeida (2006, p. 8) acredita ser o sentido dos limites e das obstruções de toda a ordem; o reconhecimento das distâncias entre as utopias e a sua concretização, entre as ideologias e a praxis; a consciência mais funda dos conflitos inevitáveis na obtenção de bens antinómicos – como a liberdade e a justiça, por exemplo – e das tensões entre tendências divergentes – como o indivíduo e a sociedade – que caracterizam o cerne da mundividência pós-moderna.

Voltando ao raciocínio de Eisenstadt (2001, p. 157), podemos afirmar que o processo de contínua transformação da modernidade não implica o “fim da história” de Francis Fukuyama (1992), no sentido de se alcançar inevitavelmente uma sociedade estável, nem o “choque de civilizações” de Samuel Huntington (1996), que só seria possível num enquadramento pré-moderno. Pelo contrário, verifica-se uma contínua reinterpretação do programa cultural da modernidade, em que diversos grupos e movimentos apropriam e redefinem o discurso da modernidade nos seus próprios termos.

Os choques que persistem, como afirmou Eisenstadt (WEIL, 2010, p. 462), são “entre diferentes estados, movimentos e, acima de tudo, entre diferentes interpretações da modernidade”. Continuam a emergir modernidades múltiplas, para além das premissas do Estado-nação, ao mesmo tempo que surgem novos modos de questionar e reinterpretar as diferentes dimensões da modernidade no seio das várias sociedades.

Considerações Finais

A modernidade constituiu-se a partir da ideia central da autonomia do Homem: a emancipação do homem e da mulher das amarras da autoridade política e cultural tradicional. Transformada com a incorporação de temas de protesto da periferia no centro em torno das ideias de igualdade e liberdade, justiça e autonomia, solidariedade e identidade, que se constituíram como os elementos centrais do projeto moderno de emancipação do ser humano.

O conceito de modernidades múltiplas pressupõe uma história contínua de constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais. A modernidade apesar de se ter iniciado na Europa ocidental e permanecer, de certa forma, como referência para o resto do mundo, ela assume múltiplas formas e programas culturais. As fronteiras das coletividades e a construção das identidades coletivas foram redefinidas. Desenharam-se novas ligações entre a esfera pública e as coletividades culturais. Em rutura com a era pré-moderna, as identidades coletivas já não são adquiridas como recebidas e preordenadas, mas podem ser construídas pela ação dos indivíduos.

Uma das características mais importantes da modernidade é a sua capacidade potencial para a autocorreção contínua e a sua capacidade de enfrentar novos problemas, nunca imaginados no seu programa original, como sejam o ambiente, a igualdade de género, e novos conflitos políticos e económicos. Esta constante autocorreção, numa dialética entre forças de construção modernas e outras de características tradicionais, torna difícil estabelecer os limites da modernidade.

Se por um lado, podemos afirmar com Almeida (2006, p. 14) que os ideais da moder-

nidade ainda não estão ultrapassados, por outro lado, a condição pós-moderna é hoje real. A fragmentação operou-se e manifestou as limitações da construção do conhecimento e da prática social e política. Apesar do mundo de hoje apresentar muitas faces e sentidos, o que pode enriquecer o pluralismo democrático das ideias, ainda não se vislumbra nenhuma alternativa à modernidade que está hoje consciente das suas limitações.

Referências

ALMEIDA, Onésimo Teotónio. Modernidade, pós-modernidade e outras nublosidades. **Cultura**, Vol. 22. 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/2147>; DOI: 10.4000/cultura.2147. Acesso em: 19 abr. 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidad Líquida**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CALHOUN, Graig. A Teoria Social e a Esfera Pública. In TURNER, Brian (ed.). **Teoria Social**. Algés: Difel, 1996. p. 437-479.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Modernidades Múltiplas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, nº 35, p.139-163, 2001.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **Comparative Civilizations & Multiple Modernities**. Leiden and Boston: Brill, vol. 1 e vol. 2, 2003.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Multiple modernities and multiple forms of civil society. In S. A. Oyen and R. T. Slaattelid (eds), **Multiple Democracies in Theory and History**. Bergen: SVT Press, University of Bergen, 2009, p. 5-14.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. Nova Iorque: Free Press, 1992.

GÖLE, Nilüfer. **The Forbidden Modern: Civilization and Veiling**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1996.

GÖLE, Nilüfer. Snapshots of Islamic modernities. **Dædalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences**, 129 (1), pp. 91-118, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1996.

ROCCA, Adolfo Vasquez. Zigmunt Bauman: modernidad líquida y fragilidad humana. **Nómadas. Revista Crítica de Ciências Sociais y Jurídicas**. Publicación de la Universidade Complutense. ISSN 1578-6730, 2008.

WEIL, Shalva. On Multiple Modernities, Civilizations and Ancient Judaism. **European Societies**, 12: 4, p. 451-465, 2010. DOI: 10.1080/14616696.2010.515824.

WITTRÖCK, Björn. Apresentação de Shmuel N. Eisenstadt. **Norueguesa**, 2006. Disponível em: http://www.worldlingo.com/ma/enwiki/pt/Shmuel_Eisenstadt. Acesso em: 23 jun. 2011.